

1 Aos seis dias do mês de julho de 2020, às 9h, reuniram-se ordinariamente os
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de
4 videoconferência, utilizando-se da plataforma *Google Meet*. **Participaram os**
5 **seguintes conselheiros:** Leopoldo Ferreira Curi – Agência de Desenvolvimento da
6 RMBH; Túlio Bahia – IGAM; Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura de
7 Belo Horizonte; Eric Alves Machado – Prefeitura de Contagem; Alvânio Ricardo Neiva
8 Júnior – Prefeitura de Funilândia; Leandro Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento
9 Básico Central de Minas CORESAB; Lívia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A;
10 Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de
11 São Bartolomeu - ADAF. **Conselheiros ausentes:** Izabela Márcia Coelho de Abreu –
12 ARSAE MG; José Mário Lobo Ferreira – EPAMIG; Heloísa Cristina França Cavallieri –
13 SAAE Itabirito; Rone Frank Silva – FIEMG; Marco Aurélio Andrade Correa Machado –
14 Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Valmir Valter Barral Júnior – Associação
15 de Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO. **Participaram os seguintes**
16 **convidados:** Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do CBH Rio das Velhas;
17 Célia Fróes, Ohany Vasconcelos, Paula Procópio; Thiago Campos e Rúbia Mansur –
18 Agência Peixe Vivo; Michael Jacks - IGAM; Alessandro Palhares – COPASA; Dimas
19 Correa – Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas. O coordenador Ronald
20 Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos e justifica que em função da
21 pandemia pelo coronavírus foi necessária uma reorganização para que a CTPC
22 pudesse retomar suas atividades, sendo essa a primeira reunião por
23 videoconferência. Em seguida, passa a palavra para Dimas Correa – Equipe de
24 Mobilização do CBH Rio das Velhas, que informa alteração na composição da câmara
25 técnica, com a saída das instituições Promutuca, Arca Amasserra e The Nature
26 Conservancy do Brasil – TNC, e a entrada Associação de Desenvolvimento de Artes e
27 Ofícios – ADAO, sendo indicado o conselheiro Valmir Valter Barral Junior, e a
28 representação de Eric Alves Machado no lugar de André Lopes Vilaça Santos junto à
29 prefeitura de Contagem. Diz que restam ainda duas cadeiras a serem preenchidas, e
30 que os trabalhos de mobilização estão sendo realizados nesse sentido. A indicação
31 dos novos conselheiros é aprovada por unanimidade. Rubia Mansur – Agência Peixe
32 Vivo, apresenta Ohany Vasconcelos, que dará apoio por parte da agência às
33 atividades do comitê. Dando sequência, Ronald contextualiza o item 01 da pauta -
34 **Pacto pelas águas na sub-bacia do Ribeirão Ribeiro Bonito, na UTE Rio**
35 **Taquaraçu – encaminhamentos a partir da aprovação da CTPC**, que tramitou sem
36 a realização de reunião. Este pacto foi proposto pelo Subcomitê do Rio Taquaraçu,

37 tendo em vista o conflito pelo uso da água na sub-bacia do ribeirão Ribeiro Bonito,
38 com o envolvimento de diversos atores. Dimas explica que o documento foi
39 inicialmente encaminhado pela diretoria do comitê à Câmara Técnica Institucional e
40 Legal – CTIL do Comitê, contudo, o entendimento é de que, por se tratar de uma
41 proposição envolvendo área de conflito pelo uso da água, tal atribuição é dada à
42 CTPC. Assim, o documento foi enviado por e-mail com um prazo pré-definido para
43 manifestações, tendo retorno de 03 conselheiros. Após este prazo, houve retorno à
44 diretoria, para que novos encaminhamentos fossem tomados. Célia Fróes – Agência
45 Peixe vivo, questiona o formato do documento, por não ser possível identificar como
46 uma deliberação do comitê ou um termo de compromisso, uma vez que ambos têm
47 funções diferentes, tendo o segundo a necessidade de negociar com os demais
48 atores envolvidos, e coloca seu departamento jurídico à disposição para avaliar. Túlio
49 Bahia – IGAM informa que, como conselheiro representante da instituição em
50 referência, não foi informado quanto a tal documento, e diz não saber qual técnico
51 trabalhou internamente no mesmo. Ronald esclarece que, em conversa com
52 Polignano, presidente do comitê, ficou o entendimento de que se trata de uma
53 proposta de intenções, uma vez que houve conversas com outras instituições, com
54 vários compromissos firmados e negociados. Assim, cabe à câmara técnica o
55 processo de aprovação interna. Considera que se tramitar formalmente e
56 juridicamente, muitas instituições teriam dificuldade de aprovação. Os conselheiros
57 concordam, e o conteúdo do documento é aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a
58 ata da reunião do dia 02 de dezembro de 2019 é colocada em votação, e aprovada
59 também de forma unânime. Item 02 - **Proposições para seminário de saneamento**
60 **rural na bacia do Rio das Velhas**, Ronald lembra que durante o ano de 2019, um
61 grupo de trabalho criado por esta câmara técnica e capitaneado por Túlio Bahia
62 discutiu e desenvolveu um relatório que elucida a situação do saneamento rural na
63 bacia do Rio das Velhas, com vistas a um seminário. Contudo, em 2020 não houve
64 oportunidade de se realizar o evento de forma presencial. Então, com a retomada das
65 atividades da câmara, sugere discutir propostas à luz do novo marco legal do
66 saneamento, que prevê a privatização de serviços. Entende que é necessário dar
67 uma atenção ainda maior para as áreas rurais, que têm maior dificuldade de solução,
68 considerando ainda, que as empresas privadas podem entrar no mercado de
69 saneamento, mesmo com a previsão de medidas para universalização. Dá exemplo
70 do município de Ouro Preto, que tem passado por dificuldades com saneamento
71 privado, pois não tem mais operador que faz manutenção do sistema em área urbana.
72 Por fim, sugere trazer as pessoas elencadas no relatório do GT para participarem de

73 forma virtual no segundo semestre de 2020, e em 2021 consolidar uma atividade
74 presencial. Túlio acrescenta que, desde a elaboração do relatório, além do marco
75 legal do saneamento básico, também houve o lançamento do Programa Nacional de
76 Saneamento Rural (PNSR) do Governo Federal, programa este que não invalida o
77 trabalho realizado pela CTPC. Alerta que as restrições legais em virtude das eleições
78 municipais afetam a discussão da questão, já que a mesma é diretamente ligada aos
79 municípios. Sugere que no segundo semestre uma abordagem virtual, mais técnica
80 do que política, seja trabalhada, incluindo novos atores como a Agência Nacional das
81 Águas - ANA, evitando o envolvimento, nesse momento, dos mandatários e gestores
82 municipais. Ronald está de acordo, considerando que o comitê pode ter proposição
83 mais sólida para políticas municipais de saneamento. Rubia sugere ao coordenador a
84 criação de um grupo de trabalho exclusivamente para organizar esse seminário
85 Ronald considera que o relatório de saneamento rural é o documento base para
86 desenvolver tal ação, sendo a organização de responsabilidade da Agência Peixe
87 Vivo. Rúbia concorda, e acrescenta a organização deste seminário não foi prevista no
88 contrato da Equipe de Mobilização, mas completa que organizar o evento de forma
89 virtual é mais simples. Ronald diz que, em caso de webinar, escolher um tema e
90 convidar uma pessoa para participar é interessante. Sugere tratar um tema por vez,
91 sem o envolvimento das prefeituras, que seriam provocadas após as eleições
92 municipais e o fim da pandemia, considerando que, salvo algumas exceções, a
93 maioria não tem estrutura sequer de internet. Sugere criar um grupo de trabalho com
94 Túlio, Rubia e Dimas. Tulio sugere acrescentar à discussão do tema o representante
95 e idealizador do Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR, Hélder Cortez,
96 enquanto experiência nacional e, internacionalmente reconhecido, de modelo exitoso
97 de associativismo como solução alternativa de promover o saneamento rural. Ronald
98 sugere trabalhar temas macro e realizar cerca de 3 webinários no ano. Túlio propõe
99 que o primeiro momento ocorra em outubro, com vistas a fazer proposição de
100 discussões e provocação das pessoas ao debate, bem como abordar esse tema na
101 bacia. Humberto Martins – Prefeitura de Belo Horizonte, concorda com o que foi dito,
102 mas entende que a realização do evento virtual pode ser antecipada para o mês de
103 setembro, e solicita o envio de referências bibliográficas e artigos científicos, para que
104 os conselheiros possam se capacitar a respeito. Lívia Nogueira – VALE S.A,
105 questiona a necessidade de ter melhor alinhamento quanto à abordagem, de modo a
106 se obter entendimento sobre o que pode ser financiado com recursos da cobrança.
107 Ronald concorda e entende que, com a privatização do saneamento, pode ser que
108 ações antes consideradas não possam mais ser financiadas pelo comitê. Túlio revê

109 seu posicionamento quanto ao prazo, e considera setembro oportuno, apesar de
110 outras atividades e demandas funcionais, sendo possível ao comitê amadurecer o que
111 quer pontuar com as discussões. Alvânio Júnior – prefeitura de Funilândia se
112 manifesta no sentido de considerar a *expertise* do CBH Rio das Velhas quanto às
113 ações de saneamento. Apresenta os êxitos em saneamento rural em pequena escala
114 com iniciativa privada, como as 15 ou 16 Tevaps feitas em conjunto com Subcomitê
115 Carste, tendo usuários de água e da sociedade civil se propondo a fazer
116 conjuntamente. Diz que tem estudado a aplicação municipal da tecnologia de
117 biodigestores. Informa que o município de Funilândia conseguiu junto à Arsae MG
118 autorização para aplicação das duas tecnologias citadas. Considera que este trabalho
119 trás resultado quando se leva em consideração pequenas escalas, com mecanismos
120 em regime de mutirão, pois a logística passa a ter um custo alto. Por fim, propõe
121 contar um pouco da experiência dos subcomitês. Leopoldo Curi – Agência RMBH,
122 também considera importante receber documentação técnica científica para se
123 qualificar, mas questiona em que nível esse debate está alinhado com a
124 implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia. Célia esclarece que
125 o Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos da Cobrança – PPA é espelhado nas
126 ações do Plano Diretor, inclusive com a previsão de metas a serem atingidas. Informa
127 que o resultado referente ao ano de 2019 já está disponível nos sites da Agência
128 Peixe Vivo e do CBH Rio das Velhas. Inclusive, sugere convidar um técnico do IGAM
129 para apresentar o trabalho que tem sido realizado com o desenvolvimento de
130 indicadores para avaliar o grau de aplicação dos recursos. Tulio solicita que, de modo
131 a dar lastro às discussões do saneamento rural, uma apresentação seja feita à
132 Plenária do comitê a fim de validar o relatório enquanto documento produzido pelo GT
133 Saneamento Rural no âmbito da CTPC. **Item 03 - Critérios gerais para elaboração
134 de Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da Cobrança, de acordo com o
135 Manual de Execução de Contratos de Gestão do IGAM.** Thiago Campos – Agência
136 Peixe Vivo apresenta a metodologia de aplicação do PPA, que tem como arcabouço
137 legal a Lei Estadual 13.199/1999, a Portaria IGAM 52/2019, o Manual de Execução de
138 Contrato de Gestão do IGAM – 2ª versão (2019) e o Contrato de Gestão IGAM
139 003/2017. Explica que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH MG tem
140 como atribuição estabelecer os critérios e as normas gerais sobre a Cobrança pelo
141 direito de uso de recursos hídricos, diz que a agência de bacia propõe ao comitê os
142 planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança e os comitês de bacia
143 aprovam os mesmos. O PPA tem como definição estabelecer as diretrizes de
144 aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e as

145 condições a serem observadas para a sua utilização na bacia em que foram gerados.
146 O mesmo é estruturado em três Eixos de investimentos, também chamados de
147 componentes: I – programas e ações de gestão; II – programas e ações de
148 planejamento; III – programas e ações estruturais. Cada um destes é organizado em
149 subcomponentes, ação programada e atividade. Cada atividade possui uma nota
150 explicativa, contendo no mínimo a descrição da atividade, a justificativa para sua
151 realização e os resultados esperados, além da sua correspondência ao PDRH, com
152 as respectivas previsões orçamentárias. O primeiro eixo tem as ações que visam gerir
153 a quantidade e qualidade dos recursos hídricos, seja trabalho de diagnóstico,
154 conscientização e sensibilização da população da bacia hidrográfica (ex. educação
155 ambiental, mobilização socioambiental, monitoramento dos aspectos qualitativos e
156 quantitativos, sistemas de informações, capacitação de membros dos comitês e
157 possíveis multiplicadores, apoio às reuniões dos comitês e campanhas de
158 conscientização). O segundo eixo trás ações que visam apoiar investimentos que
159 contribuam para instrumentalizar e aprimorar a gestão dos recursos hídricos relativos
160 no campo do planejamento, como por exemplo: elaboração de estudos de concepção,
161 plano, projetos básicos e executivos necessários à execução de ações estruturais e
162 de gestão, que visem à melhoria das condições ambientais da bacia. Por fim, o
163 terceiro eixo contém as obras de engenharia que visam à implementação dos projetos
164 desenvolvidos relativos à melhoria da qualidade e quantidade de água da bacia,
165 devendo incluir completamente ações não estruturais voltadas para o combate à
166 causa dos problemas. Thiago lembra que, existe a obrigação de a agência de bacia
167 enviar uma proposta ao comitê com até 6 meses de antecedência do encerramento
168 da vigência do PPA. Como o PPA vigente para o CBH Rio das Velhas vence ao fim
169 de 2020, tal proposta já foi elaborada e encaminhada à diretora do comitê em 30 de
170 junho, devendo ser deliberada antes do término da vigência atual. Diz que não
171 encaminhou à CTPC por questões de hierarquia. Sobre o conteúdo, entende que não
172 é conveniente ter um PPA inchado, com muitas rubricas, para evitar dificuldades de
173 operacionalizar as atividades previstas, sendo 21 ou 22 o número ideal de rubricas.
174 Fala das metas estipuladas no orçamento executivo, como necessidade de
175 atualização da metodologia da cobrança, para alavancar mais recursos, uma vez que,
176 da forma que está sendo trabalhada hoje, não tem sido possível executar as metas e
177 manutenção, e da capacidade de arrecadação (último trecho sem sentido). Ronald diz
178 que esteve em contato com Polignano para que o PPA possa ser encaminhado à
179 CTPC, será feita uma análise para tornar o documento mais prático. Leandro Pereira
180 – CORESAB lembra que precisa haver atualização dos cadastros de usuários, porque

181 o último foi há 10 anos com a IRRIPLAN, e tem fatos por toda a Bacia de Perfuração
182 de poços artesianos sem critérios. É preciso haver essa atualização da maneira como
183 foi na época da IRRIPLAN (auto declaratório), pelo menos foram assim os que
184 acompanhei pessoalmente; sem multas, somente recomendando a regularizar (fazer
185 outorga) e fazer com que a pessoa ou empresa passe a pagar pelo uso a partir de
186 então. Os poços artesianos, por exemplo, são feitos de forma irregular, sem o informe
187 ao IGAM e ao comitê de bacia, o que é obrigatório. Thiago informa que há cerca de 3
188 anos o comitê fez um estudo para avaliar a consistência dos dados de usuários
189 outorgados. Muitos usuários tinham portarias vencidas e continuavam a fazer uso da
190 água de maneira frequente, o que gera dúvidas quanto à consistência. Entende que,
191 para resolver tal questão, é necessária uma parceria com SEMAD e IGAM, que são
192 os órgãos que regulamentam a atividade. Ronald entende que, um dos problemas
193 que contribuem para tal situação é o déficit de análise de outorgas por parte do IGAM,
194 uma vez que não existe procedimento que regulamenta isso. Tulio diz que
195 desconhece a comunicação ao IGAM pelas empresas perfuradoras dos poços
196 artesianos perfurados, queixa comum em outras bacias do estado. Michael Jacks –
197 IGAM, diz que até o ano de 2016, Minas Gerais utilizava o Cadastro Nacional de
198 Usuários de Recursos Hídricos – CNARH. Contudo, a ANA fez um trabalho de
199 atualização do mesmo, e ficou decidido dentro do Sisema que este não mais seria
200 utilizado, pois dois sistemas estaduais estavam em desenvolvimento (Siscad e
201 Siscob). Sendo assim, desde primeiro trimestre está replicando a Cobrança. Diz que
202 existem usuários que não estão sendo cobrados, mas que tal situação será
203 regularizada quando o sistema entrar em operação e os dados forem atualizados.
204 Eles serão cobrados posteriormente. Destaca que os recursos da Cobrança são
205 insuficientes para implementação do PDRH, mas são impulsores para implantação do
206 mesmo. Lembra que existem outros atores, como as entidades de saneamento, tendo
207 cada um o seu papel. Fala também da divisão dos recursos, com 92,5% para
208 implantação de projetos e programas e 7,5% para subsidiar monitoramento e agência,
209 o que é insuficiente. Leandro Sugere que o Comitê cobre da SEMAD/IGAM, com base
210 no Art. 70 e seu § único do Decreto nº 41.578, de 08 de março de 2001, que se possa
211 haver um trabalho de fiscalização junto às empresas de Perfuração de Poços, sejam
212 públicas ou Privadas. Como sugestão: poderia ser como a CEMIG e outras empresas
213 usam de monitoramento remoto, via satélite, para monitorar todos os passos dessas
214 empresas, evitando assim a perfuração clandestina, sem autorização, sem outorga e
215 consequentemente sem pagar pelo uso da água. Disse que é um trabalho complexo
216 que deve ser feito pela SEMAD/IGAM por ter poder de fiscalização e investimento.

217 Ronald solicita que o PPA seja enviado aos conselheiros para discussão já na
218 próxima reunião e sugere retomar a agenda mensal. Rúbia lembra que o repasse dos
219 recursos está em atraso, sendo que aproximadamente 19 milhões de reais foram
220 repassados por meio de termo de ajustamento de conduta – TAC e que nenhum outro
221 recurso foi repassado. Thiago acrescenta informando que os valores aos quais Rúbia
222 se refere são de 2018, e que desde 2019 não houve mais repasse, tendo acumulados
223 12 milhões de reais em atraso. Ronald entende que, com essa situação, não é
224 possível sequer pensar em uma nova chamada de projetos, pois existe o risco de se
225 tornarem inexequíveis por falta de recursos. Thiago informa que, dentro do último
226 chamamento, três lotes de contratações foram publicados: ações de planejamento,
227 diagnóstico e ações estruturais. Diz que os dois primeiros caminharam bem quanto à
228 elaboração dos projetos, mas o último contrato precisou ser rescindido, pois a
229 empresa contratada (Embaúba Ambiental) não fez um bom trabalho, com todas as
230 minutas de projetos estruturais sendo reprovadas. Com o advento da pandemia, foi
231 necessário retroceder em parte do planejamento. Como as seções de licitações são
232 públicas, a Agência Peixe Vivo resolveu suspendê-las até que as questões vinculadas
233 à saúde pública sejam favoráveis. Livia pede que esse status seja apresentado na
234 próxima reunião. **Proposta de programa de monitoramento na bacia hidrográfica
235 do Rio Itabirito** Ronald contextualiza esse item de pauta, justificando que o
236 Subcomitê do Rio Itabirito tem uma forma de organização que o deixa com uma
237 relação muito forte com monitoramento da qualidade das águas na bacia, até com
238 empresas mineradoras como a Vale e a Gerdau. Diz que a própria autarquia de
239 saneamento – SAAE Itabirito, tem feito um trabalho maduro de despoluição do Rio
240 Itabirito, com cerca de 80% dos esgotos da bacia sendo que tratados. Diz que o
241 mesmo também vem fazendo monitoramento da qualidade das águas, onde prefeitura
242 fez um Grupo de Trabalho e instalou pontos de monitoramento em toda a bacia, com
243 análises regulares. Diz que existe uma proposta de utilizar recursos da cobrança para
244 manutenção desse sistema, com maior detalhamento na bacia do Rio Itabirito. Em
245 reunião do subcomitê surgiu uma proposta de plano de monitoramento, que poderia
246 inclusive ser discutida na CTPC, até mesmo com vistas à replicação em outras
247 bacias. Considera interessante tal projeto, pois será possível identificar de forma
248 rápida qualquer alteração e a fiscalização poderá ser é mais eficiente. Contudo,
249 entende que tal apresentação deveria ser feita pelos membros do GT, inclusive com o
250 SAAE de Itabirito tendo cadeira na câmara, mas não estão presentes, ficando essa
251 discussão para a próxima reunião. Encerrados os itens de pauta foi concluída a
252 reunião da qual se lavrou a presente ata. **Encaminhamentos:** Realizar webinar de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONTROLE
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2020

253 saneamento rural em setembro; encaminhar relatório do GT de saneamento rural para
254 apresentação à plenária do CBH Rio das Velhas; solicitar à diretoria do comitê o envio
255 da proposta de PPA à CTPC; apresentar status dos projetos à luz do último
256 chamamento público; convidar técnico do IGAM para apresentar estudo de
257 indicadores de aplicação do PPA.

258
259
260

Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC